

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO  
CURSO DE JORNALISMO

MARIANA DA SILVA ASSIS

**Jardim Gramacho:**  
um território marginalizado a menos de 30 km do Centro do Rio

Produto jornalístico: Reportagem

Mariana  
2022

MARIANA DA SILVA ASSIS

**Jardim Gramacho:**

um território marginalizado a menos de 30 km do Centro do Rio

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Bravin

Mariana

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A848j Assis, Mariana da Silva.

Jardim Gramacho [manuscrito]: um território marginalizado a menos de 30 km do Centro do Rio. / Mariana da Silva Assis. Mariana da Silva Assis. - 2022.  
34 f.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Bravin.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Pobreza. 2. Racismo. 3. Exclusão social. 4. Reportagem. I. Assis, Mariana da Silva. II. Bravin, Adriana. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 323.12

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana da Silva Assis

**Jardim Gramacho: um território marginalizado a menos de 30 km do Centro do Rio**

Monografia apresentada ao Curso de JORNALISMO da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Aprovada em 06 de janeiro de 2022

Membros da banca

Dra. Adriana Bravin - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dra. Hila Bernadete Silva Rodrigues (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dra. Marcia Rodrigues da Costa (membro externo)

Adriana Bravin, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Bravin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/01/2022, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0266740** e o código CRC **AA4507C8**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000359/2022-98

SEI nº 0266740

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

À Ilka de Assis (*in memorian*), uma grande flâneur do subúrbio do Rio; e a Novais de Assis (*in memorian*), por ter me apresentado ao jornal.

## AGRADECIMENTOS

Celebro muito a conquista da graduação, um marco importante para quem cresceu com a expectativa de que esse título pudesse abrir possibilidades. O caminho até aqui não foi dos mais fáceis, com muitas renúncias pessoais para que os objetivos profissionais pudessem se desenvolver. Agradeço quem, mesmo assim, esteve comigo, me incentivando, vibrando nos momentos bons e acolhendo nos outros nem tão legais assim. Foi uma baita jornada conciliar o TCC, com o intercâmbio no primeiro semestre, estágio, provas do mestrado, reportagens, cursos e as consequências psicológicas da pandemia, mas deu certo!

Foi especialmente difícil escrever sem o entusiasmo e incentivo do meu avô Novais de Assis (*in memorian*), falecido no decorrer deste trabalho. Foi com ele que aprendi a gostar, manusear e respeitar o jornal. Líamos juntos nas manhãs de domingo, página a página, matéria por matéria. Ao meu avô, cuja ternura, empatia, rigor e apreço pelo diálogo eram imprescindíveis, minha saudade que só não é maior do que o meu amor.

À Ilka de Assis (*in memorian*), uma flâneur forjada no subúrbio carioca. Herdo da minha avó não apenas a aparência física, mas principalmente a comportamental. Ilkinha me ensinou a ser subversiva, a gostar das ruas misteriosas do Centro do Rio, do agito de Madureira, da impermanência. Sempre ir, se der medo, voltar, e nunca deixar de pisar na Marquês de Sapucaí nos desfiles das escolas de samba. Bora, Beija-Flor!

Aos meus pais, Marize e Sebastião, pelo investimento inesgotável em meus estudos. Meu irrestrito agradecimento por acreditarem no poder da educação e fazerem o possível e o impossível para viabilizar que eu tivesse o maior acesso que eu pudesse ter.

Ao Wigde Arcangelo, cuja importância na minha trajetória é difícil de pôr em palavras. Um verdadeiro *angel*, cuja alma elevada é capaz de orientar, sugerir, criticar e apontar caminhos, sempre com uma paciência impressionante. Agradeço muito por tudo!

À Edna Santos, por tudo.

À Adriana Bravin, orientadora deste trabalho, pelo aceite, paciência, sugestões e leitura atenta dos textos. Muito obrigada pela insistência em fazer com que eu me colocasse na reportagem, produto deste trabalho de conclusão de curso.

Ao Ricardo Augusto, pelos anos de iniciação científica, pelas explicações incansáveis dos conceitos mais complexos, por me ensinar a ler um texto pelas minúcias e analisar suas nuances. Seu entusiasmo por aprender é uma inspiração a que não devo me distanciar.

Ao Manfred Brauchle, meu professor no período em que fui aluna intercambista na Universidad Finis Terrae, no Chile. Um cátedra tão rígido quanto atencioso, fez da Economia um assunto aprazível a uma pessoa pouco afeita à Matemática. Muchas gracias!

À Márcia Rodrigues, Hila Rodrigues, Sara Martins, professoras da UFOP com quem tive a oportunidade e honra de ter trocas ricas sobre os temas mais variados, seja nas salas de aula ou nos corredores.

Agradeço e celebro as amizades que a Ufop me deu. À Rayssa Aguiar e à Bianca Gracioso, pela alegria de ter compartilhado tantos momentos juntas, desde o primeiro período. Que maravilha crescer e aprender junto de pessoas tão queridas, inteligentes, criativas e rigorosas; à Izabella Rocha, pelos jantares temáticos em dias ordinários na nossa *maison*; à Thais Domingues e Dâmares Carla, pelo prazer de desbravar as ruas de Ouro Preto. Ao Marco Antônio, pela alegria contagiante.

À Raquel Lessa, Andreza Caroline, Edmundo Amorim e Caio Amorim pela amizade incrível, pela fé, pelos descobrimentos juntos, por tudo que a ABU nos proporcionou!

Aos amigos do Rio, pela saudade sempre constante, abraço e agradeço a chance de tê-los há tantos anos. À Juliana Lisboa, Giulliana Amei, Nathália Gouveia, Fernanda Moraes, Pedro Zagury, Thais Vieira e Rick Trindade.

Ao Voz das Comunidades, por ter me ensinado tanto.

Ao El País Brasil, que fechou a redação brasileira a poucos dias desse trabalho ser entregue, cuja contribuição na minha trajetória, não só como leitora, mas, principalmente, como colaboradora é inestimável. Agradeço muito à Flávia Marreiro, minha editora, por acreditar no meu potencial.

À Médicos Sem Fronteiras do Brasil, pelas oportunidades infinitas que tive enquanto estagiária de Comunicação, Advocacy e Assuntos Humanitários. Sou imensamente grata pela compreensão das minhas gestoras, Vitória e Clara, nas muitas provas que fiz para o

mestrado, concomitante a realização deste trabalho. Pela inspiração, trabalho irretocável e incentivo de sempre, muito obrigada!

*“E o risco que assumimos aqui é o ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos a nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”.*

Lélia Gonzalez<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Lélia Gonzalez, Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

## **Resumo**

O produto deste trabalho de conclusão de curso visa entender como foi a última década no bairro Jardim Gramacho, pertencente ao município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, cuja história está ligada ao seu antigo Aterro Sanitário. O interesse da reportagem é mergulhar nas histórias dos catadores e moradores locais, e observar quais as percepções deles acerca do fechamento, em 2012, do que ficou conhecido como o maior lixão da América Latina. Jardim Gramacho fica a menos de 30 km do Centro do Rio de Janeiro, mas parece um lugar restrito aos estereótipos de ser um lugar “de lixo”. Entre o estigma, a ausência de políticas públicas, o racismo e a experiência de décadas com a reciclagem, os catadores e moradores tentam não sucumbir às violências de toda sorte aos quais são submetidos diariamente.

**Palavras-chaves:** pobreza; lixão; Rio de Janeiro; exclusão social; racismo; urbanização da pobreza; racismo ambiental.

## **ABSTRACT**

The memorial product aims to understand what happened in the last decade in the Jardim Gramacho neighborhood, belonging to the municipality of Duque de Caxias, in Rio de Janeiro, whose history is linked to the Jardim Gramacho Sanitary Landfill. The great article's interest is to delve into the stories of the collectors and residents and observe their perceptions about the closing, in 2012, of what became known as the biggest dump in Latin America. Jardim Gramacho is less than 30 km from downtown Rio de Janeiro, but it seems to be a place restricted to the stereotypes of being a “trash” place. With a daily income of 11 reais, residents survive amid the second largest Gross Domestic Product (GDP) in RJ.

**Keywords:** poverty; garbage dump, Rio de Janeiro; social exclusion; racism; depth reporting

## LISTA DE SIGLAS

COMURB - Companhia Estadual de Limpeza Urbana

COOPERGRAMACHO – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho

COHAB – Conjunto Habitacional

CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente

FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

INCRA– Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

PIB– Produto Interno Bruto

REDUC – Refinaria de Duque de Caxias

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## **SUMÁRIO**

|                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO                                                     | 12 |
| 1.1 Jardim Gramacho: território marginalizado, pobreza e racismo | 16 |
| 1.2 Jornalismo humanitário                                       | 24 |
| 1.3 Sobre reportagem e entrevista                                | 26 |
| 2- O PRODUTO                                                     | 29 |
| 2.1 Pauta estendida                                              | 29 |

## 1 INTRODUÇÃO

Antes de começar a explicar o que proponho para este trabalho de conclusão de curso, que resultará em uma reportagem sobre a última década que marca o fechamento do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, pondero que é importante explicitar as razões que influenciaram a escolha do objeto de apuração.

Eu sou nascida e criada em Mangaratiba, município da costa verde fluminense que fica a 100 km do Rio de Janeiro. Venho de uma família cuja renda adveio, durante muitos anos, de um técnico de máquinas e de uma faxineira.

Sempre tive acesso aos estudos, mas, por um bom tempo, após chegar da escola, acompanhei minha mãe em suas diárias de trabalho. Enquanto eu almoçava, ela ia preparando o galão de água, o copo, alguns biscoitos e livros para eu ler. Íamos para as casas com um kit, caso houvesse vontade de comer ou beber alguma coisa. Foram raras vezes que nos ofereceram algo. Não éramos convidadas. Estávamos ali a trabalho.

As casas eram sempre muito grandes, arborizadas, confortáveis e ostentavam riqueza por todo lado, seja pelos sapatos que valiam mais que o trabalho da minha mãe, seja pelos pisos de porcelanato importado. Nesse universo distópico, nós passamos as tardes e, por vezes, os finais de semana. Mesmo que na casa tivesse crianças, eu não era uma colega a brincar com elas. Ouvi várias vezes que eu era a “filha da faxineira, deixa ela quieta no lugar dela”.

Desde o Ensino Infantil estudei em colégios particulares. Eventualmente, os colegas de classe eram filhos dos donos de casas onde minha mãe trabalhava. Iam para a escola a bordo de carros milionários, quando não sob a condução de um motorista exclusivo. A vida de meus colegas era, de novo, bem distante da minha. Esses choques de realidades sempre foram muito constantes para mim; estava perto deles, mas não com eles. Estudava em bons colégios, mas não tinha quase nenhum amigo ali.

Essas experiências de realidades próximas, mas que dialogam só em casos específicos, acabaram por influenciar o meu olhar como jornalista. Por isso, escolhi retratar os 10 anos do fechamento do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, esse bairro do município de Duque de Caxias, a menos de 30 km do Centro do Rio. Conhecido como o maior lixão da América Latina, funcionou por mais de 30 anos, e fez milhares de catadores especialistas em reciclagem de resíduos sólidos. Apesar das condições adversas as quais desenvolveram suas expertises, após o fechamento do aterro, os catadores viram suas rendas despencarem.

A economia do bairro girava em torno do aterro e, uma vez fechado e sem políticas públicas que desenvolvessem a região, como prometido pela Prefeitura do Rio ao anunciar o fim das atividades, a população vive na extrema pobreza, com cerca de 11 reais diários segundo a ONG Teto, sob condições de sobrevivência desumanas, degradantes e amplificadas pela pandemia de Covid-19, a menos de 30 minutos de carro do Centro do Rio.

Carregando o estigma do lixo, o bairro de Jardim Gramacho parece ainda ter sua identidade atrelada às atividades de seu antigo aterro. Quando iniciei as pesquisas para este trabalho, coloquei em sites de buscas “Jardim Gramacho” e só apareciam imagens de lixo. Mesmo tendo uma população estimada em 45 mil habitantes, o bairro é reduzido constantemente ao lixo, aquilo que se rejeita e descarta. Das imagens que encontrei, os imaginários racistas sobre o local: crianças negras sujas brincando em meio ao lixo, segurando bonecas com olhar de fascínio, enquanto catadores estão compenetrados nos materiais recicláveis. E montanhas de lixo, com muitos pombos e animais sarnentos.

É nesse sentido que esse trabalho de conclusão de curso visa produzir uma reportagem, a partir do recorte temporal do fechamento até os dias de hoje, com o objetivo de acessar as memórias dos trabalhadores que estiveram no aterro, bem como as dos jovens que não necessariamente seguiram as mesmas profissões de seus familiares, marcando um contraponto ante a cultura hereditária de trabalho no aterro, como os moradores explicaram-me. As dimensões econômicas, sociais culturais e políticas que o objeto propõe suscitam um mergulho num bairro que pode ser considerado como a metáfora do país, que detesta pobres e negros.

Inaugurado no final da década de 1970, o inicialmente “lixão de Caxias” e depois aterro sanitário controlado, funcionou por mais de três décadas notabilizando-se por ter sido o maior lixão da América Latina. Seu encerramento foi em 3 de junho de 2012, próximo a abertura da Rio +20, Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que renovou compromissos ambientais firmados na Eco-92, evento do mesmo gênero realizado em 1992, também no Rio.

O fechamento do aterro não significou melhorias na qualidade de vida para os moradores do bairro, segundo os entrevistados. Alguns deles até acharam que o fim das atividades no aterro seria positivo, mas logo se viram com poucas, ou nenhuma, possibilidade de renda porque não tinham como trabalhar. Assim, as promessas da Prefeitura do Rio de revitalizar o local, abrir postos de trabalho, oferecer cursos profissionalizantes, em resumo, prover estrutura mínima social, não foram cumpridas.

Destaco que fazer uma reportagem como essa não é das tarefas mais fáceis, mesmo que eu tenha experiência em trabalhar em favelas<sup>2</sup>. De modo geral, as pessoas em Jardim Gramacho têm muito medo de falar com estranhos e ainda mais com jornalistas. Os olhos ficam arregalados, a voz quase inaudível e logo instaura-se um clima desconcertante. Nas primeiras vezes que fui ao bairro, mesmo por intermédio da ONG Cheifa, ou de moradores de quem consegui me aproximar por termos pessoas conhecidas em comum, os entrevistados demoravam a se sentir minimamente confortáveis a falar. O motivo: o bairro vive sob controle de facções criminosas muito violentas, que não admitem descumprimento de regras. Falar com desconhecidos sobre as questões do bairro pode desagradar e ser fatal. Não pude andar sozinha de forma alguma no bairro, como costumo fazer em algumas vias principais de favelas. Nem isso aconselharam-me. Também fui desencorajada a documentar o bairro e as pessoas por meio de fotografias.

Uma das estratégias para fazer com que os entrevistados entendessem que eu era uma pessoa de confiança e que não os colocaria em perigo, foi de me colocar em primeira pessoa, apresentando-me e dividindo com eles também um pouco sobre a minha vida. Essa tomada de postura foi fundamental para a execução desse trabalho. Os entrevistados, depois de muito tempo de relação, até sentiam e verbalizam o orgulho de ver alguém com certa similaridade a eles terminando um curso universitário.

Sublinho que me esforcei na missão de compreender o quanto a minha escrita está colonizada pelo jornalismo tido objetivo, à luz das reflexões de Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019), com marcas desse jornalismo que empobrece e se distancia dos fatos. É uma virada epistemológica e de grande valia assumir a subjetividade, que acredito ser um exercício constante e diário na prática jornalística.

O repórter Tiago Coelho, da revista piauí, é um grande inspirador para este trabalho. Em suas reportagens, que na maioria das vezes retratam pessoas em situação de vulnerabilidade social, Coelho explora a complexidade da pauta, preocupado em compreender o caso que está reportando e explicando ao leitor causas e consequências, sempre respeitando as fontes e escrevendo sobre suas realidades com esmero linguístico.

Além disso, Coelho explora imagens e sons por meio de descrição das cenas. A principal reportagem do repórter, portanto, traz boas ideias para a pauta do Jardim Gramacho é “Prato Vazio” (2021), que mostra como a pandemia deixou os mais pobres à beira da fome.

---

<sup>2</sup> Entre 2019 e 2021, trabalhei como colunista de Direitos Humanos do jornal comunitário Voz das Comunidades, localizado no conjunto de favelas do Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Em 2021, comecei a colaborar com o agora extinto El País Brasil, cobrindo segurança pública e educação em periferias.

Outras reportagens do Tiago Coelho também influenciam este trabalho, como “Capitães de Areia” (2015), que acompanha uma viagem de ônibus da Zona Norte à Zona Sul do Rio durante o verão, com todas as tensões enfrentadas por jovens pretos e pobres tentando acessar as praias da zona sul; “Na praia de Ramos” (2018), na qual o repórter acompanha um dia de lazer na famosa praia do subúrbio do Rio; e, por fim, “Abre-abre-abre” (2015), que acompanha um dia de compras no Supermercado Guanabara, bastante conhecido no Rio, especialmente pelo seu aniversário que, por reduzir significativamente os preços dos produtos, atrai milhares de pessoas. O que poderia ser bom, transforma-se em uma caça desumana por comida.

Neste memorial, inicio abordando um pouco sobre o histórico de Jardim Gramacho e sua relação com o município onde está localizado, Duque de Caxias. Trago dados estatísticos que ajudam a compreender a exclusão social e os estereótipos sobre o bairro, principalmente a partir de decisões políticas que levaram à instalação do lixão, posteriormente aterro sanitário controlado, naquele local.

Discuto os conceitos de racismo estrutural, jornalismo humanizado, urbanização da pobreza, objetividade e subjetividade jornalística, reportagem e entrevista, a partir de Silvio Almeida (2018), Cilene Victor (2018), Fabiana Moraes (2019), Marcia Veiga da Silva (2019), Milton Santos (2009), Igor Fuser (1996), Reges Schwaab (2013) e Cremilda Medina (1986), para fundamentar a abordagem humanista e antirracista da reportagem que versará sobre um território marginalizado historicamente, profundamente marcado pela pobreza e total exclusão social de seus moradores, principalmente tratando-se da região onde está localizado, a menos de 25 km da “cidade partida”, no dizer de Zuenir Ventura, do Rio de Janeiro. Por fim, apresento a pauta estendida.

O produto deste TCC foi publicado no site Medium, de acesso aberto, na data de 17 de dezembro de 2021 e contém cerca de 25 mil caracteres divididos em: matéria principal com o título “Dez anos após o fechamento do aterro, Jardim Gramacho sobrevive ao esquecimento e ao preconceito” (7.309 caracteres), Subtítulo 1-O cotidiano na “rampa”(6.171 caracteres), Subtítulo 2- Profissão: catador de materiais recicláveis (6.382 caracteres), Subtítulo 3- Confrontando a “história única” (3.209) e Subtítulo 4- Jardim Gramacho: Metáfora do Brasil (1.710). Para realizar a reportagem foram feitas quatro visitas ao campo, ao longo de outubro a novembro de 2021, sempre acompanhada de ONGS locais ou de moradores que conheci ao longo do tempo. Antes de começar o TCC, porém, foram feitas outras três visitas ao local, no começo de 2021, também com as mesmas companhias.

## 1.1 Jardim Gramacho: território marginalizado, pobreza e racismo

Antes de entrarmos na história de Jardim Gramacho propriamente dita, convém entender em quais contextos este bairro do município de Duque de Caxias se insere. Criado por meio do Decreto-lei n.º 1.055, de 31 de dezembro de 1943, Duque de Caxias foi, nesta ocasião, elevado à categoria de município e não mais membro de Nova Iguaçu.

Detentor do segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, Duque de Caxias sustenta o posto devido a operação da refinaria Reduc, pertencente à Petrobras, uma das maiores do Brasil<sup>4</sup>. A opulência econômica não necessariamente reflete-se em marcadores sociais avantajados no município como um todo. Localizado às margens da Baía de Guanabara, ao Noroeste da cidade do Rio de Janeiro e a menos de 30 quilômetros do centro da capital fluminense, integra a região metropolitana do RJ juntamente com os municípios<sup>5</sup> de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito. Toda essa região<sup>6</sup> possui 13,1 milhões de pessoas.

Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, a população de Duque de Caxias era estimada em 855.048 pessoas. Em 2018, o rendimento mensal de trabalhadores formais era de 2,9 salários mínimos. Já a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18%. Em termos educacionais, o índice de alfabetismo é de 3,6, figurando abaixo da média nacional (4,4), apontam dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Em relação à

---

<sup>3</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) de Duque de Caxias só perde para o do Estado do Rio de Janeiro, que é o maior do Estado. Link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em : 8 de julho de 2021

<sup>4</sup> A Refinaria de Duque de Caxias, a Reduc, é uma das principais do país e funciona desde 1961. Link: <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>. Acesso em: 06/08/2021

<sup>5</sup> A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é resultado de diversas modificações ocorridas em seu território, que levaram até a configuração atual com 22 municípios. Link: <http://www.irm.rj.gov.br/formacao.html>. Acesso em 22/07/2021.

<sup>6</sup> Até primeiro de julho de 2020, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro somava 13,1 milhões de habitantes, declarou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Link: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20metropolitana%20de%20S%C3%A3o,\(4%2C7%20milh%C3%B5es\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20metropolitana%20de%20S%C3%A3o,(4%2C7%20milh%C3%B5es).). Acesso em: 22/07/2021

segurança pública, o percentual de pessoas negras assassinadas pela polícia em relação ao total da população era de 73,9%, mostra a pesquisa Mapa da Desigualdade 2020, realizada pela Casa Fluminense. A média nacional é de 75,4.

Mais informações desta mesma pesquisa ampliam o panorama de políticas de segurança pública no município. O índice de letalidade violenta, ou seja, homicídios cometidos pela polícia, é de 44,2 ante a uma média nacional de 27,5. Em Duque de Caxias, a população negra morre 7 anos mais cedo que a branca. No que diz respeito às questões sanitárias, o percentual de habitantes que têm esgoto coletado e tratado é de 1,1% contra 63,5% em comparação ao RJ.

Da esfera macro para micro, chegamos a Jardim Gramacho. O bairro tem uma população de cerca de 13,7 mil habitantes (IETS, 2011, p.52). O número é contraposto por estimativas mais recentes que apontam cerca de 45 mil moradores. Uma pesquisa da ONG Teto, que atua no local construindo casas desde 2013, apresenta algumas características sobre a população. A maioria dos moradores vive há pelo menos 20 anos no local (43,6%), enquanto 7,8% moram há até quatro anos. De acordo com o relatório, esse dado é suficiente para notar que os assentamentos são recentes e que foram beneficiados pelas atividades do antigo aterro (TETO, 2013, p.15).

Outro dado importante é que Jardim Gramacho é majoritariamente jovem, com crianças com idades entre 5-14 anos representando 29,3% de sua população. Apenas 1,4% de pessoas têm mais de 65 anos. Além disso, no que diz respeito à educação, 88,3% do total de pessoas chefes do lar maiores de 25 anos não terminaram o Ensino Fundamental. Uma estatística que se destaca é a do percentual de pessoas que iniciaram o Ensino Fundamental e tiveram que abandonar os estudos (73,9% para o total de moradores) para manter as suas famílias. Além disso, a falta de escolas na área é um dos fatores para o abandono, assim como outras razões (TETO, 2013, p.18).

A história de Jardim Gramacho e do inicialmente lixão e depois aterro sanitário controlado estão diretamente ligados. Registros levantados pela ONG Teto (2013) contam que as primeiras ocupações urbanas foram a partir da construção de um Conjunto Habitacional, o COHAB, que se popularizou na década de 1970 no Rio de Janeiro, visto que eram moradias levantadas pelo Estado com o objetivo de erradicar favelas (TETO, 2013, p.6). Nesse momento, o bairro tinha poucas casas e pequenas indústrias.

O que teria levado um bairro cuja geografia se configura por mangues e se localiza às margens da Baía de Guanabara a receber os resíduos sólidos de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro? A resposta pode ser encontrada quando analisa-se a linha dos tempo dos

vazadouros do Estado. Entre 1920 e 1940, a Ilha de Sapucaia, um arquipélago de oito ilhas localizado onde é hoje a Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebia o lixo produzido pela então capital federal do país.

Na década de 1950, quando as obras da universidade começaram, a irregularidade do solo e as contaminações em razão dos anos de exposição às substâncias tóxicas do lixo, impediram a construção de prédios na região (IETS, 2011, p.6). A experiência, que escancarou os problemas que a falta de despejo adequado ao lixo pode trazer, tornou-se traumática e definitiva para tirar os próximos vazadouros do Centro do Rio, mas não de deixá-los de ter.

Com isso, outros lugares foram sendo escolhidos para abrigar os resíduos sólidos, como a Ilha de Saravatá, localizada no ponto de encontro entre a Linha Vermelha e a Rodovia Washington Luiz, e depois no início da estrada Rio–Petrópolis, nas imediações de onde está a gráfica do jornal O Globo. Toda essa dinâmica mostra como o lixo do Rio foi sendo empurrado para a periferia e em direção ao fundo da Baía de Guanabara (IETS, 2011, p.6).

Conforme o Rio ia crescendo, a proporção de lixo acompanhava o mesmo ritmo. Foi aí que um novo lugar precisou ser analisado para que pudesse dar conta dos resíduos sólidos, visto que todos os outros vazadouros já tinham alcançado a capacidade máxima. O território de Jardim Gramacho atendia aos requisitos de ser grande o suficiente para receber os resíduos da recém criada Região Metropolitana do Rio, estaria geograficamente distante dos municípios dos quais receberia os resíduos e teria um grande terreno sem grandes utilizações.

Assim, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que era responsável por um terreno da União de mais de dois milhões de metros quadrados de manguezal e às margens da Baía de Guanabara, cedeu parte desse lote à Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) e à Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem). Além disso, o terreno que servia de lixão fica às margens de dois rios, o Iguaçu e o Sapucaí, o que infringia a Portaria nº 53 de 1979, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e o Código Florestal Brasileiro que, por sua vez, proíbe o lançamento de lixo em cursos de água. Apesar da evidência do risco ambiental nada foi feito e o lixão, aberto (IETS, 2011, p. 8).

Voltando ao início das atividades do lixão em Jardim Gramacho, o bairro foi tomando forma e crescendo já nos primeiros anos do depósito de lixo no local, na década de 70:

Na ocasião de implantação do aterro, a região era esparsamente ocupada por populações de baixa renda e por algumas pequenas e médias indústrias. A principal

via de acesso ao bairro não era pavimentada e seu acesso era dificultado durante as chuvas. Com o estabelecimento do lixão, a urbanização foi alcançando contornos tímidos, que nunca se efetivaram em acesso pleno à saúde, educação, bens da cultura, dentre outros (XEREZ, 2013, p.23).

O desprezo aos cuidados ambientais era a característica principal do funcionamento do lixão. As consequências do despejo inapropriado do lixo logo trariam prejuízos ambientais de toda sorte.

Na primeira década da existência do aterro, que funcionou desde o princípio como um lixão, não eram feitos o recobrimento regular do lixo, a captação das águas pluviais, a fiscalização dos caminhões, o monitoramento do solo e do entorno do aterro, entre outras exigências mínimas legais e de bem-estar socioambiental. Assim, nestes anos ocorreram rupturas do solo e vazamentos de chorume nas águas da baía e dos rios Iguaçu e Sarapuí e surgiram roedores, aves e insetos nas cercanias. Com o passar do tempo, o aterro passou a receber cada vez mais tipos de lixo de caráter prejudicial ao meio ambiente e à saúde pública, como os resíduos industriais e hospitalares. Enquanto isso, a COMLURB continuava sem os recursos necessários para a operação satisfatória do aterro e não recebia as suas parcelas de pagamento dos municípios da Baixada Fluminense que vazavam seus resíduos em Jardim Gramacho. Estas Prefeituras também não dialogavam ou cooperavam entre si para enfrentar as questões da destinação dos resíduos sólidos urbanos e seus desdobramentos ambientais (IETS, 2011, p.10).

Ao “lixão de Caxias” eram destinados os resíduos sólidos dos municípios Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados e Mesquita. Prevvia-se, no início, o recebimento de 3 mil toneladas de lixo diariamente, o que não se efetivou porque, na prática, a média foi de 5 mil toneladas por dia<sup>7</sup>. Por causa disso, a quantidade de catadores escalonou para dar conta do volume de resíduos, mas isso não se refletiu em melhorias das condições de trabalho, inclusão social, nem políticas trabalhistas (IETS, 2011, p.10).

Além disso, o crescimento do talude também significou outros aumentos, como o do chorume que poluía os rios e a baía, dos incêndios causados pelo metano produzido pelo lixo e pela irregularidade de seu recobrimento e da ocorrência de rupturas que comprometiam a capacidade natural de impermeabilização do solo argiloso sob o aterro (IETS, 2011, p.10).

---

<sup>7</sup> Pesquisa da Fiocruz detalha a quantidade de lixo, a marginalização e condições de insalubridade do bairro. <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-jardim-gramacho-catadores-de-materiais-reciclavéis-lutam-pelo-direito-ao-trabalho-apesar-das-condicoes-de-marginalizacao-doencas-e-insalubridade/#:~:text=De%20acordo%20com%20Soares%20Meirelles,caminh%C3%B5es%20por%20dia%20ao%20aterro>. Acesso em: 13/07/2021

Em 1992, durante a Eco-92<sup>8</sup>, conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro, lançou-se luz sobre Jardim Gramacho e as questões ambientais que a atividade do lixão impunha. As pressões foram altas para que tanto a Comlurb quanto as administrações municipais resolvessem as irregularidades relativas ao despejo do lixo. Em 1996, depois de licitações e privatizações entre a prefeitura de Caxias e a Comlurb, começou uma tentativa de recuperação da área onde funcionava o lixão. A empresa Queiroz Galvão S/A junto da Comlurb transformaram o lixão em aterro sanitário controlado (IETS, 2011, p.11).

Aqui vale uma diferenciação entre aterro sanitário, aterro sanitário controlado e lixão. O primeiro tem controles ambientais, como a drenagem de chorume e dos gases, o solo é nivelado e impermeabilizado para que não absorva substâncias que podem contaminar os lençóis freáticos. Já em relação ao segundo, os resíduos são controlados mas o solo da área não é impermeabilizado. O lixão, por sua vez, funciona a céu aberto e é desprovido de qualquer controle sanitário.

Além disso, nessa mesma época, foi criada a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho (CooperGramacho), um passo importante para a categorização de catadores enquanto profissão (o que só se efetivou em 2002)<sup>9</sup>.

O fechamento do aterro aconteceu em junho de 2012, depois de uma pressão que se arrastava por anos para que o Rio de Janeiro estivesse alinhado às medidas sanitárias de descarte do lixo. O Congresso Nacional aprovou, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos<sup>10</sup>, que determinava que todos os lixões parassem as suas atividades até 2014. O prazo foi estendido até 2021, dependendo do município.

Na contrapartida do fechamento do aterro sanitário de Jardim Gramacho, o então prefeito do Rio, Eduardo Paes, prometeu recuperar a área que inevitavelmente ficou degradada pelas décadas de despejo do lixo, revitalizar o bairro, prover emprego, cursos profissionalizantes, vagas em escolas...Mas nada disso foi feito. Das promessas, o que de fato materializou-se foi

---

<sup>8</sup> A Eco-92 é um marco histórico em termos de discussões sobre o meio ambiente, visto que reuniu mais de 150 delegações no Rio de Janeiro para discutir e fixar metas e parâmetros para um mundo mais sustentável.

<sup>9</sup> Reconhecida como profissão em 2002, os catadores de materiais recicláveis são os que “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis”. Link: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis.html> Acesso em: 22/07/2021

<sup>10</sup> A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi aprovada por meio da Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. A PNRS apresenta diretrizes sobre o gerenciamento de resíduos sólidos no país. Link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 20/07/2021.

o pagamento da indenização a cerca de 1,5 mil catadores que receberam quase 14 mil reais cada um e a construção de um polo de reciclagem.

A pouco menos de completar uma década do fim das atividades do aterro, este trabalho de conclusão de curso é motivado por algumas questões, tais como: por qual razão um bairro tão perto de centros de representação expressiva na cidade parece invisível ou, quando aparece, é sob o estigma do lixo? O que significa morar em um território rotulado pelo lixo? O que permite com que Jardim Gramacho tenha índices sociais tão baixos e quase nada seja feito em termos de políticas públicas para resolver os problemas?

As respostas podem ser encontradas por meio da reflexão sobre a urbanização de Jardim Gramacho, que evidencia as faces da extrema pobreza que o bairro enfrenta. Um levantamento feito pela ONG Teto, em 2013, mostra que a renda média per capita no bairro é de 331,96 reais, o que representa 11 reais por dia, não arcando nem com duas passagens de Jardim Gramacho até o Centro de Caxias, já que a passagem custa 5 reais<sup>11</sup>. Viver em Jardim Gramacho é, muita das vezes, sinônimo de uma exclusão social brutal, ainda que a distância até o Centro do Rio não seja de 30 km.

Milton Santos, intelectual negro e um dos mais prestigiados geógrafos do país, dedicou boa parte de sua carreira acadêmica a entender a globalização e a urbanização, com enfoque em países pobres. Embora no livro *Pobreza Urbana*, publicado em 1978, Santos não defina o que efetivamente seja o conceito, fazendo mais um levantamento bibliográfico de teorias que julga insuficientes, é ao refutá-las que o autor traz indícios do que seria a pobreza urbana.

Santos explica que um dos grandes problemas da pobreza é de ela ser medida a partir de estatísticas que não são acompanhadas de teorias que realmente as expliquem. Os dados não podem ser coletados e apresentados se não tiverem sido contextualizados de acordo com a realidade a qual estão inseridos. A raiz da pobreza precisa ser evidenciada para que possa ser combatida. Em outros termos, o autor diz que se a estrutura social que permite que a pobreza, ou extrema pobreza, não seja pensada e apresentada junto às estatísticas, o esforço terá sido vã. Se assim não for feita, não serve de nada do ponto de vista de tentar superá-la.

A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence. Segundo Bachelard (1972) é mais importante compreender um

---

<sup>11</sup> A Viação Reginas é a responsável por operar em Duque de Caxias. Atualmente, só há uma linha de ônibus entre Jardim Gramacho e Duque de Caxias. O trajeto pode durar até 1h30 a depender do horário. Os moradores que desejam ir para outros lugares da cidade precisam, necessariamente, ir até o Centro de Caxias, ou se arriscar até a Avenida Washington Reis, que fica na entrada de Jardim Gramacho, o que pode ser muito perigoso em termos de exposição a riscos.

fenômeno do que medi-lo. A medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria (SANTOS, 2009, p.18).

Para o autor, pobreza e urbanização são fenômenos que, portanto, devem ser entendidos como tais e, principalmente, por estarem juntos estruturando as sociedades. Santos afirma que quanto mais distante dos centros urbanos, dos melhores salários, condições de acesso à saúde, educação, bens da cultura, etc, aí vão se empurrando os mais pobres, sobre os quais toda sorte de desprezo só não é desimportante ao capitalismo (SANTOS, 2009, p.16).

Refletindo sobre as consequências na vidas dos indivíduos que são submetidos a pobreza, Santos formula que:

Há, na verdade, diferentes tipos de pobreza, tanto a nível internacional quanto dentro de cada país. Por isso não tem sentido em procurar uma definição matemática ou estática. Conforme acentuou I. Buchanan (1972, p.225) “o termo pobreza” não só implica um estado de privação material como um modo de vida- e um complexo duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas pública criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura” (SANTOS, 2009, p.19)

Desse modo, o autor destaca que a pobreza é um fenômeno inerente ao capitalismo que, via de regra, precisa que grupos específicos da sociedade estejam em desvantagem quando comparados a outros para que possam ser submetidos a condições mínimas para viver. Em resumo, a pobreza existe para que ricos prosperem (SANTOS, 2009, p.17). “(...) pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social” (SANTOS, 2009, p.18).

Esse problema social tem cor. Em Duque de Caxias, mais de 55% da população é negra, segundo dados do último censo do IBGE. Almeida (2018) explica que o racismo sempre é estrutural e compreende-o como “(..) elemento que integra a organização econômica e política da sociedade (....) e que fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”(ALMEIDA, 2018, p.15-16). Assim sendo, o racismo utiliza a raça como instrumento segregante e atua em qualquer esfera da vida social, nas suas muitas capilaridades.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2018, p.25).

De acordo com Foucault (2005), vivemos no que pode ser caracterizado de biopoder, o que significa apropriar-se do poder a fim de disciplinar corpos, em uma anátomo-política, e estabelecer a biopolítica da população. A grosso modo, a biopolítica está relacionada ao controle da vida, em escolher fazer viver e deixar morrer. Faz parte dessa dinâmica que algumas vidas sejam priorizadas e outras, descartadas. É no exercício do poder de morte dentro de um sistema político administrado no biopoder que Foucault nota o racismo como o determinante entre os indivíduos que têm direito a viver e aqueles que devem morrer (FOUCAULT, 2005, p. 304). “Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer censuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (FOUCAULT, 2005, p. 305).

Exatamente por causa dessa dinâmica, o racismo se desdobra em diversos eixos, inclusive o ambiental. É, portanto, a partir dos conceitos de urbanização da pobreza somado ao racismo que encontramos uma outra definição, a de racismo ambiental, que traz ainda mais sustento à complexidade que é Jardim Gramacho. As consequências ambientais do lixão, que depois virou aterro sanitário controlado e continuou não recebendo tratamento adequado às substâncias tóxicas que produz, é resultado também de uma política de racismo ambiental, compreendida como:

No Brasil, o Racismo Ambiental diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 25). E esse racismo não está restrito apenas a práticas e ações que tenham tido intenção racista, engloba as que igualmente causem impacto racial, não importando a intenção que as originou. Isso amplia tanto o número como os tipos de casos de racismo ambiental praticados no país, incluindo os do campo da conservação da natureza, em que grupos étnicos em estado de vulnerabilidade são removidos, expulsos e descartados de seus territórios de origem, pertencimento e identidade por ações de governos, que reterritorializa nos mesmos espaços de uso tradicional empresas capitalistas (para atender ao mercado, ao desenvolvimentismo e à modernização do país) ou unidades de conservação da natureza (para a preservação da diversidade biológica, recreação em contato com a natureza e pesquisa científica). (COSTA, 2011, p.112-113)

O racismo ambiental, então, atua também submetendo pessoas pobres, negras e demais grupos étnicos minoritários, a condições ambientalmente impróprias e prejudiciais à saúde, visto que são áreas onde os custos para instalações de resíduos tóxicos são baixos, a omissão de políticas públicas para fiscalização são muito flexibilizadas, o que cria o cenário propício às violências ambientais (ACSELRAD, 2000, p.9). O termo, portanto, fornece subsídios

interessantes para pensar o que foi a implementação do “lixão de Caxias” e justifica os descasos quanto às consequências ambientais para o solo, os catadores e o bairro como um todo, especialmente considerando que foram décadas de funcionamento.

O que nos interessa demonstrar nesse trabalho é como as relações entre urbanização da pobreza e racismo se dão e colocam grupos marginalizados da sociedade em situação de sub-humanidade e despejam sobre eles toda sorte de desqualificações e exclusões sociais.

## **1.2 Jornalismo humanitário**

Como já exposto na Introdução deste trabalho, muito embora eu ainda seja estudante de jornalismo, acumulo experiências significativas no exercício do ofício de repórter no Rio de Janeiro. Majoritariamente, cobrindo favelas e periferias e, com frequência, casos de segurança pública, percebo como a cobertura midiática tende a acionar estereótipos para retratar grupos historicamente marginalizados. São pessoas “que moram em áreas carentes”, “vítimas de balas perdidas que sempre acham os mesmos corpos”, é “guarda-chuva confundido como fuzil”, mais um negro é morto e “só pode ser suspeito de ter ligação com o tráfico”, dentre outros preconceitos que apontam como essas vidas são desvalorizadas, e no que Pereira Neto (2011, p.11) diz que termina “colaborando na produção de respostas rápidas à criminalidade”, que podem encobrir aspectos de políticas públicas que não respondem de maneira efetiva aos problemas que pretende resolver.

Este trabalho refuta veementemente qualquer estereótipo ou tentativa de desumanizar esses corpos, que têm raça, escolaridade, gênero e território, como Jardim Gramacho. Aposta-se na perspectiva de jornalismo humanitário como uma das estratégias de abordagem para a reportagem. Para Victor (2018), é de responsabilidade do jornalismo que se preste a cobrir causas humanitárias tratá-las em sua complexidade, expor as omissões, os silêncios, trazer as vozes dos protagonistas da ação e sempre em respeito à dignidade humana, o que deve contrapor “as rotinas de normalidade” às quais o jornalismo insere frequentemente as minorias. Além disso, a autora destaca a distinção que o jornalismo faz entre sofrimentos humanos:

Onde há violação dos direitos humanos, o jornalismo deveria estar presente. Mas como furar critérios de noticiabilidade histórica e culturalmente ainda preservados em boa parte da imprensa ocidental? Se nem todo fato ou acontecimento é uma notícia, a mesma lógica parece ser adotada ao falar sobre o sofrimento humano, uma vez que nem todas as dores do mundo são noticiadas (VICTOR, 2018, p.100).

Indagamos, assim, quais são as dores do mundo reportadas? Quais critérios elas prescindem e requerem? Por que, por exemplo, Jardim Gramacho ainda continua sendo visto pelas lentes de um aterro sanitário que já foi fechado há 10 anos? Por que ainda é um lugar que remete ao lixo? É nesse sentido que não só vale refletir sobre a cobertura jornalística do sofrimento humano, mas, principalmente, como vai se dar esse processo de reportar. Victor declara: “A humanidade está por trás das estatísticas, dos discursos oficiais, das datas comemorativas. (...) Para as sociedades exigirem a humanidade em primeiro plano e pressionarem seus governos para fazerem o mesmo, elas precisam ter informação e lucidez para compreender o mundo que habitam” (VICTOR, 2018, p.103).

Cabe ao jornalismo, portanto, fazer da humanidade sua base primordial. Para além dos dados, as histórias, seus tons de vozes, suas expressões. Não quero dizer, com isso, que os dados não sejam importantes. Não trata-se disso, mas de contextualizá-los e localizá-los.

Conectando o conceito de jornalismo humanitário, de Victor (2018), acrescento ao diálogo o de subjetividade, de Moraes e Veiga da Silva (2019). De acordo com as autoras, teríamos uma virada epistemológica quando o jornalismo compreende que o ideal da objetividade, calcado na racionalidade moderna e no Iluminismo, nada mais é do que uma ferramenta racista, patriarcal e, sobretudo, colonizadora de tentar turvar a realidade dos fatos. Ao fazê-lo, a objetividade jornalística expropria a dignidade humana, uma vez que não prevê status de humanidade a minorias.

Trazemos para a discussão alguns exemplos do quanto o jornalismo ainda opera simbolicamente nas tramas da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) que historicamente retirou a condição de humanidade e relegou às margens parcelas gigantescas das populações, muito especialmente as mulheres, os negros, os indígenas – considerados o Outro do sujeito universal. Sugerimos uma virada epistemológica em que a prática jornalística preveja a subjetividade como uma ferramenta para a descolonização dos conhecimentos do Jornalismo (MORAES e VEIGA DA SILVA, 2019, p.3).

Colonizado, o jornalismo continua posicionado enquanto objetivo, “(...) a partir de um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema mundo-capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista (GROSFOGUEL, 2012) e de uma epistemologia colonialista em que se estabeleceriam as balizas dos saberes produzidos para que sejam entendidos como verdade” (MORAES E VEIGA DA SILVA, 2019, p.5). As autoras refletem que os saberes produzidos pelo jornalismo acabam por repercutir também na maneira “como

a realidade e os sujeitos podem ser percebidos e narrados como uma forma de conhecimento social” (MORAES E VEIGA DA SILVA, 2019, p.5).

As consequências desse modo de fazer jornalismo, especialmente em um país marcado por desigualdades que estruturam as relações de raça, gênero, de território e de classe como o Brasil, são nefastas. Sob as vestes da objetividade, o jornalismo estrutura uma “racionalidade excludente”, que apoia e contribui para chancelar as violências contra grupos minoritários. No entanto, a chave de mudança, segundo as autoras, seria a subjetividade a partir da qual haveria o reconhecimento de que todos nós temos um *locus* social, que direciona o nosso olhar. Nesse sentido,

(...) é preciso dizer que a subjetividade sobre a qual nos referimos neste jornalismo se situa em questões extremamente pertinentes e presentes no mundo sensível: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas e daqueles que por estes são enquadrados; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo, pelo machismo e pelo racismo); na procura de um olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na fissura de representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular e/ou exotificante (MORAES E VEIGA DA SILVA, 2019, p. 13-14).

O que propomos para a reportagem sobre Jardim Gramacho, portanto, é fortemente calcado nos ideais de jornalismo humanitário e de subjetividade, cuja união propicia inscrever os sujeitos dos quais contamos suas histórias na realidade complexa em relação às desigualdades a que estão submetidos. Retirá-los de seus contextos seria servir à objetividade jornalística unicamente, distanciando-se do que o jornalismo deve fazer: reportar os fatos com seriedade.

### **1.3 Sobre reportagem e entrevista**

Ao longo da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, cujo objetivo é definir o tema e redigir o pré-projeto de TCC, fui provocada diversas vezes a justificar porquê Jardim Gramacho, visto que o bairro já esteve no noticiário inúmeras vezes. “O que você vai trazer de novo?”, era uma pergunta muito frequente. Muito embora as condições sanitárias, educacionais, de saúde etc, do bairro, continuassem sem grandes evoluções desde o fechamento do aterro sanitário, era exatamente nisso que eu sustentava os meus argumentos

de que tratar de Jardim Gramacho requeria desvelar camadas e mergulhar nas complexidades, essa palavra que vem sendo repetida à exaustão neste trabalho.

Thaís Furtado(2013) conta que, quando já “não basta responder o que, quem, quando e onde”, a reportagem impõe-se visto que o “como e o porquê ganham uma importância tão grande que nunca caberiam em um ou dois parágrafos iniciais de um texto” (FURTADO, 2013, p.149). Jardim Gramacho, desde quando visitei pela primeira vez, em novembro de 2020, suscita muitos como e porquês. Este bairro, localizado à beira da rodovia Washington Luiz, uma das principais da cidade e a poucos quilômetros do Centro do Rio, faziam-me entender que só a reportagem daria conta de responder as perguntas que eu fazia, já que exigiam tempo de pesquisa, aprofundamento e estruturação da narrativa. Isto porque, “a reportagem, como arte, tem a necessária pretensão de iluminar o significado, de apontar uma direção acima do caos dos eventos cotidianos” (FUSER, 1996, p.5).

Diferentemente de notícias, que “são vistas como um bem altamente perecível, valorizando assim a velocidade”, postula Traquina (2008, p.37), a reportagem não tem uma temporalidade marcadamente fugaz, justamente por exigir aprofundamento e interpretações sobre o fato.

A reportagem é uma forma discursiva jornalística mais adequada para quem quer oferecer algo além da instantaneidade. É a partir da análise das causas, da contextualização e das consequências de um acontecimento que podemos compreender melhor os sentidos nele presentes (FURTADO, 2013, p.151).

Tendo em vista as características da reportagem e com os conceitos de jornalismo humanizado e de subjetividade jornalística, encontramos como resultado a possibilidade de reportar Jardim Gramacho de uma maneira não única, mas particular porque, segundo Magno (2014),

Reportagem é uma narrativa jornalística que descreve, revela, interpreta o que narra. Sua pauta procura enfoques sociais sobre os mais variados assuntos e rejeita construções declaratórias. Sua maneira de conhecer está traduzida numa apuração que prioriza a observação *in loco* e a reconstrução minuciosa da cena narrada a partir de fontes múltiplas. A autoria da apuração está a cargo do repórter. Ele deve escutar a si mesmo, a cidadãos comuns e as autoridades. Sua técnica de trabalho combina entrevistas, leitura e muita observação (MAGNO, 2014, p. 428).

Ao longo dos últimos três anos, em que venho fazendo entrevistas com populações vulneráveis, alguns fatores despertam a minha atenção. Muito provavelmente por eu ser negra, ter cabelos crespos, sinto que as fontes têm maior receptividade em falar quando comparada aos jornalistas brancos na mesma situação.

Para além do “você se parece comigo”, tento fazer da entrevista não um inquérito, baseado em perguntas previamente pensadas antes da entrevista. É claro que tenho um roteiro, a partir do qual oriento e faço perguntas, mas coloco como uma regra deixar que o campo e a entrevista também contribuam nesse processo. À luz de Cremilda Medina (1986), o que tento fazer é da entrevista um diálogo possível. A autora defende que, se a entrevista for feita por um simples técnica, fria e com um questionário, a comunicação humana se perde (MEDINA, 1986, p.5). O que e como o entrevistado tem a dizer algo faz parte da entrevista, e é informação.

A identificação, de que eu falava há pouco por parte dos meus entrevistados, é, para Medina, um caminho que, quando somado à fluência do diálogo, tende a garantir sucesso na comunicação porque prevê interligação, empatia.

Estão aí experiências ou exceções à regra que provam o grau de concretização da entrevista na comunicação coletiva. Sua maior ou menor comunicação está diretamente relacionada com a humanização do contato interativo: quando, em um desses raros momentos, ambos - entrevistado e entrevistador - saem “alterados” do encontro, a técnica foi ultrapassada pela “intimidade” entre o EU e o TU (MEDINA, 1986, p.5).

Engana-se quem acredita que a entrevista é só para “pegar boas aspas”, fazer meia dúzia de perguntas e ir embora. A entrevista precisa ter troca, ambos envolvidos no diálogo aprendem, ganham, provocam-se. Eis aí uma das faces de materialização da subjetividade jornalística, aquela que localiza o repórter dentro de um *locus* social e o encara também como um humano em um processo comunicacional, obviamente tendo bom senso porque a entrevista não é sobre o repórter, mas compreendo a importância dessa postura próxima do entrevistado.

No campo, fazendo esse “diálogo possível acontecer”, muitas fontes, não só aquelas que aparecem no texto da reportagem, mas também as que não quiseram falar publicamente, contaram histórias de entrevistas que insistiam em colocá-las em um local de subalternidade, muito interessados em abrir suas geladeiras vazias em épocas de escassez, reforçar estereótipos desumanizantes, e só. A estrutura desigual que conforma a sociedade brasileira e, em um contexto micro, Jardim Gramacho, parecia ter pouca relevância nestas entrevistas. Uma das fontes disse-me, enfaticamente, que não tinha trabalhado no aterro e que sua profissão era ser professor de luta. Entretanto, por morar em Jardim Gramacho, sempre era visto por esse viés. Por não se enquadrar, era descartado, como se outras histórias sobre o lugar não pudessem ser contadas.

Cremilda não vê problema algum, muito pelo contrário, na carga emocional gerada na entrevista. A autora conclui que é evidente quando a entrevista foi feita a partir de um diálogo humanizante, porque a matéria refletirá de imediato. “o leitor, o telespectador, ouvinte comunga com essa relação total, entra nela pela magia da linguagem simbólica que substitui o ato da entrevista” (MEDINA, 1986, p.18).

## 2 O PRODUTO

O produto deste TCC se efetiva em uma reportagem textual, sem fotos ou vídeos, ilustrada apenas por uma foto de capa que é oriunda de uma das obras de arte do artista plástico Vik Muniz, no documentário “Lixo Extraordinário” (2011), ambientando em Jardim Gramacho. A reportagem é dividida em subtítulos e intertítulos, de modo que consiga oferecer estrutura e fluidez ao leitor.

O texto tem cerca de 25 mil caracteres, com 10 páginas, e o tempo de leitura no site Medium, onde está publicado, é estimado em 16 minutos. Fez-se o uso de intertítulos e olhos para destacar aspas. Ele divide-se na seguinte estrutura:

Título principal: Dez anos após o fechamento do aterro, Jardim Gramacho sobrevive ao esquecimento e ao preconceito (79 caracteres); texto com 7.309 caracteres.

Subtítulo 1: O cotidiano na “rampa” (23 caracteres); texto com 6.171 caracteres.

Subtítulo 2: Profissão: catador de materiais recicláveis (32 caracteres); texto com 6.382 caracteres).

Subtítulo 3: Confrontando a “história única” (32 caracteres); texto com 3.209 caracteres.

Subtítulo 4: Jardim Gramacho: Metáfora do Brasil (35 caracteres); texto com 1.710 caracteres.

O suporte escolhido para a publicação foi o blog Medium, por ser gratuito e possibilitar que a reportagem possa ser facilmente compartilhada não só pelos leitores do Medium, como também por meio das redes sociais integradas à plataforma, como o Facebook e o Twitter. Como maneira de promover a disseminação do conteúdo, acrescentou-se tags na reportagem com palavras-chave, como racismo, Jardim Gramacho, meio-ambiente, catadores, memória para que seja mais facilmente encontrada. Além disso, contas com conteúdos similares também foram seguidas como meio de atrair audiência. A reportagem pode ser acessada por meio deste link: [https://medium.com/@mariana.assis\\_77574/dez-anos-ap%C3%B3s-o-fim-do-aterro-jardim-gramacho-sobrevive-ao-esquecimento-e-ao-preconceito-f5f1044eceb9](https://medium.com/@mariana.assis_77574/dez-anos-ap%C3%B3s-o-fim-do-aterro-jardim-gramacho-sobrevive-ao-esquecimento-e-ao-preconceito-f5f1044eceb9)

### **3. Pauta Estendida**

A elaboração da reportagem seguiu a seguinte pauta, de modo a introduzir e fazer interlocução entre as fontes:

**Título:** Dez anos após o fechamento do aterro, Jardim Gramacho sobrevive ao esquecimento e ao preconceito

**Intertítulo:** Contexto de abertura do lixão.

**Enfoque:** O que aconteceu com o bairro e os catadores após o encerramento do aterro?

**Contextualização** sobre o bairro e o antigo aterro. Além disso, questões teóricas sobre o conceito de Urbanização da Pobreza.

**Fontes:**

- Glória dos Santos relembra o fechamento do Aterro com um misto de alegria, esperança e medo, esse último tornou-se cada vez mais cotidiano uma vez que a Prefeitura não revitalizou o local nem abriu postos de trabalho após o fechamento do aterro;
- Regiane Pacheco conta que sentiu muito medo. Logo depois foi trabalhar em uma cooperativa em JG mesmo, mas a renda despencou porque não chegava tanto material como antes;
- ONG Recicloteca com dados sobre catadores;
- Pesquisa do IETS sobre o Diagnóstico Socioeconômico do bairro.

**Subtítulo:** O cotidiano na “rampa”

**Intertítulo:** De lixão a aterro sanitário controlado.

**Enfoque:** Como era o trabalho no aterro, os riscos, trabalho infantil, transformações ecológicas e ambientais com a Eco-92.

**Fontes:**

- Glória dos Santos conta que foi trabalhar aos 10 anos no Aterro, achava divertido. Conforme estava crescendo, sentia o impacto da estigmatização. Ela narra quando foi soterrada pelo lixo;

- Tião Santos conta que ia, inicialmente, para o aterro para levar comida para mãe e irmãos e depois começou a trabalhar;
- Pesquisa do IETS sobre Jardim Gramacho;

**Subtítulo:** Profissão: catador de materiais recicláveis

Intertítulos: Quando ser catador é sinônimo de preconceito e Jovens de Jardim Gramacho.

Enfoque: Profissionalização do trabalho como catador, a valorização do catador pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, estigma, preconceito, vulnerabilidades sociais.

Fontes:

- Tião Santos fala sobre a ida ao Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2001. Ele também comenta as suas percepções sobre o evento e o prenúncio do fim dos lixões;
- Glória dos Santos fala sobre os preconceitos que sofreu, e sofre, por ser catadora.

**Subtítulo:** Confrontando a “história única” (32 caracteres); texto com 3.209 caracteres.

Enfoque: Jovens de Jardim Gramacho e professores contam suas experiências com projetos educacionais no bairro. Questões teóricas sobre racismo e racismo ambiental.

Fontes:

- Franciene da Silva: jovem que furou as expectativas sociais e é pos-graduada, vivem em Jardim Gramacho e implanta projetos de empoderamento de jovens negros. Ela reflete ainda sobre racismo
- Leandro da Silva: professor de artes marciais e morador de Jardim Gramacho conta como o esporte trouxe expectativas de vida diferentes das do Aterro. Também comenta sobre estigma e preconceito.

**Subtítulo:** Jardim Gramacho: Metáfora do Brasil

Enfoque: país que odeia pobres, mas adora a pobreza. O bairro e a pandemia de Covid-19: a maximização da miséria e degradação das condições de vida. Maior posicionamento da autora da reportagem para resumir tudo o que a reportagem apresentou.

## Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ASCERALD, H. **Justiça Ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia**, in IBASE/CUT- RJ/IPPUR-UFRJ, Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente – o debate internacional, série Sindicalismo e Justiça Ambiental vol.3, RJ, 2000, p.7-12.

COSTA, Lara Moutinho da. **Territorialidade e racismo ambiental: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 6, n.1-pp.101-122, 2011.

IETS -Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. **Estratégia de Desenvolvimento Urbano, Socioeconômico e Ambiental para o Entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho - Diagnóstico Socioeconômico de Jardim Gramacho**, Rio de Janeiro 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FUSER, Igor. **A Arte da Reportagem** - Vol. I. São Paulo: Editora Scritta, 1996, 632 p.

FURTADO, Thaís. **O aprofundamento como caminho da reportagem de revista**. In: TAVARES, Frederico M. B. SCHWAAB, Reges. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso Ltda, 2013. p.149-160

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

MAGNO, Ana B. **O jornalismo nos tempos da reportagem: uma análise da obra jornalística de Ernest Hemingway e Gabriel Garcia Marquez**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília, 2014.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista- O diálogo possível**. São Paulo: Ática,1986.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora**. Anais do XXVIII Encontro

Anual da Compós. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

Mapa da Desigualdade 2020. Casa Fluminense. Disponível em: [https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final\\_compressed.pdf](https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf). Acesso em: 27/07/2021.

PEREIRA NETO, Luiz Fernando. **O princípio do estado de inocência e a sua violação pela mídia**. Anais do Congresso Internacional de Ciências Criminais, II edição, 2011. Disponível em: <[http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/edicao2/Luiz\\_Fernando.pdf](http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/edicao2/Luiz_Fernando.pdf)>. Acesso em: 14/07/2021.

VICTOR, Cilene. 2018. **A opacidade do sofrimento humano decorrente de desastres sob perspectiva do jornalismo humanitário**. Folios, revista de la Facultad de Comunicaciones en la Universidad de Antioquia, Medellín, 2018.

XEREZ, Adriana Andrade. **Mãe Rampa: Os impactos do encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho**. 2013. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, 2013.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3º ed. Recife; São Paulo: Hucitec/UFPE/CNPU, 2009.

Relatório Enquetes Jardim Gramacho 2013, ONG Teto. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6913123-Relatorio-enquetes-jardim-gramacho-2013.html>. Acessado em: 20/07/2021.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

